



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

I – Necessidade da contratação:

O sistema de climatização do Fórum Trabalhista de Campo Grande/MS é composto por 223 unidades evaporadoras (hi-wall, piso teto, cassete e splitão) e 36 unidades condensadoras, todos VRF da marca HITACHI.

Esses equipamentos são essenciais para garantir condições ambientais adequadas ao desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do Tribunal, impactando diretamente o conforto térmico, a preservação da infraestrutura e a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

A ausência de manutenção adequada pode ocasionar falhas nos equipamentos, comprometendo a saúde e o bem-estar de magistrados, servidores e jurisdicionados, além de prejudicar o funcionamento de salas técnicas de TI, que exigem climatização contínua para operar corretamente. Assim, a manutenção preventiva se torna indispensável para garantir o pleno funcionamento do sistema de climatização, prevenindo interrupções, reduzindo custos operacionais e evitando despesas elevadas com reparos emergenciais.

Registra-se também que a falha dos condicionadores de ar pode causar desconforto extremo ao ser humano, considerando o histórico de elevadas temperaturas do estado do Mato Grosso do Sul nos últimos anos, que pode causar interrupções nas atividades e serviços prestados. Insta registrar que determinados ambientes, como salas técnicas de TI, que abrigam servidores, por exemplo, dependem de uma climatização constante para operar corretamente.

A manutenção preventiva ajuda a prolongar a vida útil dos sistemas de ar condicionado, maximizando o retorno sobre o investimento inicial realizado, além de que equipamentos bem cuidados mantêm seu desempenho ideal por mais tempo, garantindo que a climatização do ambiente seja adequada continuamente.

Quanto aos benefícios à saúde e ao bem estar, a manutenção adequada assegura que filtros e demais componentes estejam limpos, prevenindo a circulação de poeira, ácaros, e outros alérgenos que podem causar problemas respiratórios e alergias; e a temperatura interna adequada, promove um ambiente confortável, salubre e produtivo para o público interno e para os jurisdicionados desta Corte.

Os benefícios referentes à eficiência operacional são obtidos por meio de redução do consumo de energia, pois equipamentos bem mantidos funcionam de maneira mais eficiente, consumindo menos energia e reduzindo, assim, os seus custos. Além do mais, manutenções regulares ajudam a identificar e corrigir pequenos problemas antes que se tornem grandes falhas, evitando despesas elevadas com reparos emergenciais e/ou substituição de equipamentos.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Registra-se que a manutenção, de forma contínua, de condicionadores de ar neste Tribunal é essencial para a sua atividade por várias razões, que abrangem desde a saúde e bem-estar dos públicos internos e externos, até a eficiência operacional e conformidade com normas e regulamentos.

Desse modo, para se garantir ambientes adequados a cada uma das inúmeras atividades desenvolvidas, é imprescindível manter as infraestruturas prediais e garantir, neste caso, os condicionadores de ar VRF tipo (hi-wall, piso teto, cassete e splitão) em plena operação.

Uma vez que atualmente não se dispõe de recursos próprios (seja mão de obra, materiais ou equipamentos), o atendimento das diversas demandas internas deverá ser atendido por meio de contratações.

Especificamente, a pretensa contratação visa atender primordialmente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo configuração, operação e ajustes no sistema de climatização instalado no prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande/MS, composto por equipamentos split (hi-wall, piso teto e cassete) e ar central no 8º pavimento (splitão), todos VRF da marca HITACHI, pertencente ao TRT da 24ª Região, devendo ser realizados por empresas especializadas, as quais dispõem de profissionais habilitados com registro no CREA/MS e com conhecimento e treinamento específicos para os equipamentos.

Além disso, a contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TRT da 24ª Região, que prioriza a eficiência energética e a redução do impacto ambiental. A manutenção periódica dos sistemas de ar-condicionado contribui diretamente para os objetivos do plano ao promover:

- Eficiência operacional - equipamentos bem mantidos operam com menor consumo de energia, reduzindo a demanda elétrica e os custos associados;
- Sustentabilidade ambiental - evita descartes prematuros de equipamentos, prolongando sua vida útil e minimizando o impacto ambiental do descarte inadequado de resíduos eletrônicos;
- Qualidade do ar interno - a limpeza adequada dos filtros melhora a qualidade do ar, reduzindo a circulação de poeira, ácaros e outros alérgenos, favorecendo um ambiente mais saudável para os ocupantes do edifício.

Existe uma ação específica relacionada ao tema de condicionadores de ar, entretanto direcionada a substituição de equipamentos ao fim de sua vida útil (ação 5.1 - Instituir plano de substituição de equipamentos de ar-condicionado), a qual não foi ainda implementada.

De modo indireto, consta também outra ação específica direcionada a eficiência energética em edifícios (ação 8.1 - Obter a



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

etiquetagem de eficiência energética em edifícios – selo PROCEL EDIFICA). Este tipo de etiquetagem leva em conta dentre outros fatores, a eficiência energética do sistema de climatização.

Assim, ações tempestivas de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar podem garantir maior eficiência em seu funcionamento e consequentemente levar ao atendimento do PLS, de modo que a atual contratação está alinhada aos objetivos pretendidos (doc. 6, PA 21519/2021, página 8):

OBJETIVO GERAL

Orientar a adoção, o monitoramento e a concretização de iniciativas, objetivos e metas das ações vinculadas à sustentabilidade em seu aspecto multifatorial, a fim de consolidar o TRT da 24ª Região como um órgão público justo, eficiente e responsável, bem como colaborar para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Adotar, consolidar, organizar e aprimorar os processos estruturados em boas práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social

Fornecer diretrizes e parâmetros mínimos para melhoria dos processos de compras e contratações, a fim de tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade, com vistas ao aperfeiçoamento do gasto público, da promoção da equidade e da inclusão social

Definir mecanismos de acompanhamento e avaliação de resultados com vistas à efetividade das ações e projetos

Difundir práticas para construção de um novo modelo de cultura institucional orientada para a inserção de métodos de responsabilidade socioambiental nas atividades, de modo contínuo e eficiente

Estimular a reflexão, o consumo consciente, a boa gestão dos resíduos gerados, bem como a qualidade de vida no ambiente de trabalho e do corpo funcional, da força auxiliar de trabalho e de outras partes interessadas

Dar efetividade a objetivos estratégicos e valores institucionais do TRT da 24ª Região

O Plano de Ação decorrente do Plano de Logística Sustentável também prevê ações específicas para o consumo racional de energia e a manutenção eficiente dos sistemas prediais. A execução adequada desse contrato de manutenção está alinhada a essas diretrizes, permitindo que este Tribunal atenda às metas institucionais de sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos públicos.

A empresa contratada deverá contar com profissionais habilitados com registro no CREA/MS, capacitados para atuar com equipamentos VRF da marca HITACHI, garantindo a continuidade e a segurança operacional do sistema de climatização. Dessa forma, a presente contratação assegura a eficiência energética, a sustentabilidade ambiental e a qualidade dos serviços prestados pelo TRT da 24ª Região, alinhando-se às estratégias institucionais para um funcionamento mais econômico, sustentável e eficaz.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

**II – Alinhamento ao Plano Estratégico e
Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:**

No que concerne ao Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24) para o sexênio 2021/2026 (Processo nº 20568/2020, doc. 70), verifica-se que historicamente os ciclos de planejamento iniciados em 2010 apresentaram atividades relacionadas a manutenção, implantação e melhorias de infraestruturas prediais, denotando-se a importância de se prover ambientes prediais adequados a consecução da missão deste Tribunal (atividade-fim), bem como fornecer infraestrutura para demais atividades de apoio (atividades-meio).

Proporcionar um ambiente predial com conveniências ao jurisdicionado, magistrados e servidores, demonstra a busca dos seguintes valores estratégicos previsto no Plano Estratégico 202/2026 do TRT24:

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira – em razão dos valores dispendidos anualmente e sua recorrência;
- Fortalecer a governança e a gestão estratégica – trata-se de contratações recorrentes e que podem afetar a continuidade dos negócios;
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade – equipamentos com maior eficiência energética;

No campo de atributos de valor, podemos destacar o alcance de:

- Acessibilidade;
- Agilidade;
- Efetividade;
- Eficiência (menores custos operacionais e de manutenção ao longo da vida útil);
- Sustentabilidade (maior eficiência energética);
- Valorização das pessoas (ambientes climatizados para climas quentes e frios, proporcionando condições adequadas de habitabilidade das edificações).

Ressalta-se que os recursos para fazer frente a presente contratação está prevista no Planejamento de Contratações Anual deste Tribunal, para o exercício de 2025, publicado na página “transparência”

(<https://www.trt24.jus.br/en/web/transparencia/plano-anual-de-compras>) sob a seguinte rubrica: itens SIGEO nº 151252025374506 e 151252025374500 (atualizado em 2025 para item SIGEO nº 151252025000114 – Manutenção de ar condicionado (FT Campo Grande), sendo a Natureza de Despesa nº 339039 (serviços) e nº 339030 (materiais), classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (Serviços e Materiais de Consumo Diversos).

Tal necessidade já se encontra prevista na priorização de demandas



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

no âmbito desta Divisão de Manutenção e Projeto de Engenharia, conforme Processo nº 2208/2019, doc.143, página 3, apresentando Condição PEG ajustada de 1.064.

III – Requisitos da Contratação:

Requisitos Internos Funcionais

- Garantia de pleno funcionamento dos aparelhos de ar condicionado, evitando danos à saúde dos usuários nos ambientes atendidos pelo serviço;
- Substituição de peças sempre que necessário para manter a eficiência dos equipamentos;
- Manutenção preventiva regular a cada 10 meses (higienização das unidades evaporadoras, condensadoras e dutos de ar);
- Manutenção preventiva regular a cada 15 meses (inspeção e manutenção do sistema elétrico);
- Aumento da vida útil dos equipamentos, assegurando seu funcionamento contínuo e reduzindo falhas inesperadas;
- Redução no consumo de energia, promovendo economia e eficiência energética.

Requisitos Internos Não Funcionais

- Facilidade na realização dos serviços de manutenção;
- Disponibilização de endereço e contato atualizado da empresa contratada para comunicação eficiente.

Requisitos Externos

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnico-operacional, na licitação, por meio de apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica registrado(s) no CREA que comprove(m) a prestação de serviços, pela empresa licitante, com a seguinte característica específica:

- Execução de instalação ou manutenção, em um único imóvel, com no mínimo 172,74 toneladas de refrigeração (TR's) (ou 814,34 HPs ou 2.072.880 BTUs), em sistema de condicionamento de ar tipo VRF* (multi-split).

(*) = "Variable Refrigerant Flow", que significa Vazão Variável de Refrigerante em tradução simples.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

- A empresa também deverá apresentar (qualificação técnico-operacional da empresa licitante):

- Certidão válida de inscrição da empresa LICITANTE e certidão válida de inscrição de pelo menos 01 (um) responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), referente ao exercício de 2025, e que conste no objeto social da empresa a realização da atividade de instalação ou manutenção em sistema de climatização, objeto deste Termo de Referência. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do Conselho Regional de Mato Grosso do Sul, por ocasião da contratação.

A solicitação acima é justificada pela complexidade dos serviços envolvidos, uma vez que pretende-se que haja uma redução de riscos, o que exige empresas e profissionais técnicos qualificados a fim de se evitar danos ao equipamento e ao usuário.

A legislação vigente exige que tais atividades sejam desempenhadas por empresas e profissionais devidamente registrados nos órgãos competentes, garantindo conformidade com normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao setor.

Nesse caso, segue extrato da Lei Federal nº 5.194/1966 (regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo).

Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;

[...]

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

- Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo CREA que comprove(m) a prestação de serviços de assistência técnica ou manutenção em sistema VRF de condicionamento de ar, por meio de contrato, com, no mínimo, 172,74 toneladas de refrigeração (TR's).

O objetivo da solicitação acima é assegurar que a empresa licitante já tenha experiência prática relevante na manutenção de equipamentos de grande porte. Esse critério é essencial para evitar contratações de empresas sem expertise suficiente, minimizando riscos de falhas operacionais e prejuízos ao funcionamento dos edifícios do TRT24.

Para a comprovação do quantitativo mínimo relacionado no subitem anterior, poderá ser admitido, para fins de comprovação de equipamentos mantidos, a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. Isso permite que a empresa licitante demonstre sua experiência acumulada em diversos contratos simultâneos, refletindo sua capacidade real de atender a demanda do Tribunal.

- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução juramentada para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

- A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

• Da qualificação técnico-profissional (do profissional)

A qualificação técnico-profissional será comprovada, na fase interna de habilitação, com a indicação da existência, nos quadros permanentes da CONTRATADA de, pelo menos, o seguinte profissional, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT emitida pelo CREA), por execução de serviços com características mencionadas neste Termo de Referência, sem qualquer limitação mínima de quantitativo executado.

01 (um) Engenheiro(a) mecânico ou outra especialidade correlata a dar o suporte técnico adequado: profissional formado(a) em Engenharia Mecânica ou outra especialidade da Engenharia correlata a dar o suporte técnico adequado, cujo acervo técnico do profissional comprove o trabalho em instalação ou manutenção em sistema de climatização tipo VRF (multi-split).

Recomenda-se que o requisito de qualificação acima seja complementado com critérios objetivos mínimos, tais como:

• **Período de experiência comprovada** - exigir que o acervo técnico do profissional comprove participação em serviços de instalação ou manutenção em sistemas de climatização do tipo VRF (multi-split) com duração mínima de 6 (seis) meses, ou em contratos equivalentes que demonstrem experiência contínua;

• **Abrangência dos serviços executados** - especificar que o acervo técnico deve abranger atividades de relevância e complexidade compatíveis com o objeto da licitação, compreendendo, no mínimo, procedimentos de instalação, partida, manutenção preventiva e corretiva em sistemas VRF;

• **Capacidade de atendimento em campo** - incluir a exigência de que o profissional indicado esteja vinculado contratualmente à empresa licitante durante toda a vigência contratual, garantindo suporte técnico adequado sempre que demandado;

• **Comprovação documental** - exigir atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no CREA, que descrevam de forma clara os serviços executados e a responsabilidade técnica assumida pelo profissional.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Justifica-se a solicitação acima para garantir que o contrato seja executado com suporte técnico adequado. Sistemas VRF são altamente sofisticados e demandam conhecimentos técnicos específicos, tanto para a realização da manutenção preventiva e corretiva quanto para ajustes operacionais.

Para a comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa licitante poderá ser apresentado um dos documentos abaixo relacionados, para cada profissional:

- Cópia da CTPS; ou
- Cópia do contrato de trabalho permanente ou contrato de trabalho temporário, desde que por tempo superior ao da execução dos serviços; ou
- Cópia do Livro de Registro de Empregados da empresa; ou
- Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; ou
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do acervo apresentado, desde que acompanhada de anuência do profissional.
- A substituição da equipe somente será admitida por outros profissionais de igual ou superior qualificação, com a apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT) que comprovem a experiência, mediante expressa concordância do CONTRATANTE.

A comprovação acima tem como objetivo garantir que a empresa mantenha, ao longo da execução contratual, profissionais capacitados e familiarizados com as particularidades dos equipamentos e sistemas do TRT24. Essa medida reduz o risco de descontinuidade na prestação do serviço e assegura maior confiabilidade na execução das manutenções.

A possibilidade de substituição da equipe apenas por profissionais de igual ou superior qualificação, mediante comprovação por Certidão de Acervo Técnico (CAT), busca garantir a manutenção do padrão técnico exigido, evitando quedas na qualidade dos serviços prestados.

Portanto, a exigência de qualificação técnica-operacional e técnico-profissional para a empresa licitante e seus profissionais é essencial para garantir a prestação adequada dos serviços de manutenção em sistemas de climatização do tipo VRF (multi-split) nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. O rigor na qualificação busca assegurar que a contratada tenha experiência comprovada e capacidade técnica suficiente para atender às necessidades do contrato, evitando riscos à operacionalidade dos equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços prestados.

No que se refere a continuidade dos serviços, a infraestrutura predial bem como sua manutenção é essencial e basal, uma vez que



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

serve de suporte diretamente para atividades-fim (local para realização de audiências presenciais, por exemplo) e para atividades-meio (garantia de ambiente em condições de operação da infraestrutura física de Tecnologia da Informação e Comunicação, entre outros).

O objetivo do serviço contínuo (inciso XV, art. 6º, Lei nº 14.133/2021) é que não haja comprometimento da funcionalidade nas situações de uso do sistema de climatização de ar instalado no imóvel do Fórum Trabalhista. Assim, há a necessidade de os equipamentos estarem sempre em perfeitas condições de funcionamento, o que exige manutenção ordinária conforme as rotinas estabelecidas, bem como as manutenções extraordinárias, realizadas quando da identificação de avarias nos equipamentos, a qualquer tempo.

Não será permitida a participação de consórcios, pois não se verifica a alta complexidade ou vulto do objeto, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, pesquisas de mercado não indicaram necessidade de fornecimento via consórcio, e a participação de poucas empresas pode reduzir a competitividade da licitação.

A participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas individualizadas (não consorciadas, portanto) atuantes regularmente no mercado.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria".

Em relação às cooperativas, desde que não haja subordinação direta entre os cooperados e a Administração, propomos a inclusão da possibilidade de participação, fundamentando-se no disposto no art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que prevê a viabilidade de contratação de cooperativas desde que observadas as características do objeto da licitação e a ausência de subordinação direta entre os cooperados e a Administração. Essa previsão



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

legislativa reflete uma evolução no tratamento jurídico das cooperativas, ampliando seu campo de atuação em contratações públicas, especialmente para serviços passíveis de execução com autonomia pelos cooperados.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 2463/2019 - Primeira Câmara, reconheceu a necessidade de revisar a Súmula 281 do TCU, considerando que a edição das Leis nº 12.349/2010 e nº 12.690/2012 estabeleceu um novo regramento jurídico para a atuação das cooperativas. Assim, a Administração deve avaliar caso a caso a compatibilidade entre a prestação dos serviços e o modelo cooperativo, evitando contratações que possam configurar relações de trabalho subordinado ou precarização da mão de obra.

Neste sentido, o artigo 10, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 estabelece que a contratação de cooperativas deve ser analisada com cautela, verificando-se se as atividades a serem executadas permitem a atuação autônoma dos cooperados, sem configurar vínculo empregatício com a Administração. Dessa forma, a participação das cooperativas na presente licitação somente será admitida caso o modelo de execução dos serviços permita a autogestão dos cooperados e não envolva subordinação hierárquica ou pessoal à Administração contratante.

A decisão de permitir a participação de cooperativas, portanto, alinha-se ao atual entendimento normativo e jurisprudencial, promovendo a ampliação da competitividade no certame e possibilitando a contratação de prestadores de serviço qualificados, desde que respeitados os limites legais e regulatórios estabelecidos.

Para a formalização do contrato será necessária a comprovação da regularidade perante o CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, conforme entendimento enunciado no Parecer n. 00063/2024/DECOR/CGU/AGU:

"(...)

56. Logo, o registro no CADIN passou a ter o importante efeito de impedir a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

57. Da literalidade da norma infere-se que a consulta e a regularidade no cadastro devem constar no momento da assinatura dos respectivos ajustes, pois, conforme observado por Niebuhr, "o objetivo (da nova norma) é fazer com que a Administração Pública Federal não contrate com quem lhe deve e, mais do que isso, estimular o devedor a regularizar ou quitar o débito.

(...)"



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Requisitos de Habilitação Econômico-Financeira

Além da qualificação técnica, a habilitação econômico-financeira da empresa licitante é um requisito essencial para a garantia de uma contratação segura e eficaz. Empresas prestadoras de serviços continuados precisam demonstrar solidez financeira para suportar os custos operacionais, incluindo pagamento de salários e encargos sociais, aquisição de insumos e manutenção da infraestrutura necessária para a prestação do serviço.

A análise econômico-financeira visa mitigar riscos de inadimplência contratual e assegurar a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações ao longo da vigência do contrato. Para tanto, é fundamental que a licitante apresente balanço patrimonial e demonstrações contábeis que evidenciem sua saúde financeira, bem como índices de liquidez e endividamento compatíveis com a dimensão do contrato.

Requisitos de Sustentabilidade:

Em atenção ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, aprovado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a CONTRATADA deverá comprovar, como condição prévia para efetivação e manutenção da contratação, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016;
- Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

A comprovação dos dois requisitos acima poderá ser feita mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br" OU por declaração, conforme modelo disponível no



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

ANEXO VIII do Termo de Referência, bem como mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>

A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com inciso XVII, do art. 92 a Lei nº 14.133/ 2021 e a Resolução nº 310, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 2021, como condição prévia à contratação e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- Comprovação de que emprega, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);

Em observância ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

- Comprovação de que cumpre, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

A comprovação dos dois requisitos acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, OU consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299> OU por declaração da contratada (modelos nos ANEXOS VI e VII do Termo de Referência).

Em cumprimento às disposições contidas no art. 116 e inciso IX do art. 137, todos da Lei nº 14.133/2021, a empresa deverá manter, durante a toda a contratação, as condições previstas acima, devendo a CONTRATADA, em caso de alterações de suas condições, informar imediatamente ao Fiscal da contratação.

Adicionalmente:

- As peças e componentes de reposição utilizados deverão ser certificados pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.

- A contratada deverá efetuar o descarte de peças e materiais conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

12.305/2010)), procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, em observância ao Decreto nº 10.936/2022.

- A contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, enviando o material ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, comprovar a destinação adequada por meio de histórico e documentações comprobatórias dos descartes efetuados. Os equipamentos irre recuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA, conforme modelos constantes deste Termo de Referência.

Quanto a análise da mais recente edição da Resolução CNJ nº 594, de 8 de Novembro de 2024, que institui o Programa Justiça Carbono Zero, foram consultados técnicos de manutenção de ar condicionado para se verificar a possibilidade de substituição do gás refrigerante R-410A por outro de menor impacto ambiental (CO2 equivalente reduzido). No entanto, foi-nos indicado que para cada tipo de gás existem compressores adequados, em virtude da necessidade de compressão específica para cada tipo de gás refrigerante. Assim, o mais indicado para que não haja danos aos equipamentos, é que o sistema seja todo preparado para um único tipo de gás, pois também pode afetar o diâmetro das linhas frigorígenas (interligação entre condensadoras externas e evaporadoras internas).

Neste caso específico, por se tratar de sistema integrado no prédio todo, o momento correto de avaliação do tipo de gás a ser utilizado deverá ser quando da substituição total do parque de equipamentos. Em geral, dados do fabricante e de relatos empíricos apontam para o período entre 20 a 30 anos de vida útil, o que corresponde ao período entre os anos 2038 a 2048.

MELHORIAS NECESSÁRIAS IDENTIFICADAS NO CICLO ANTERIOR DE CONTRATAÇÃO

Ao longo da contratação foram identificadas algumas melhorias a serem consideradas, de modo que abarque todos os principais tipos de serviços de manutenção corretiva.

Dentre eles, foram verificada a necessidade de se ampliar os itens relacionados ao split de maior porte localizado no oitavo andar do prédio (Splitão). Embora seja um tipo de split, algumas peças são



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

mais específicas para este tipo de equipamento, quando comparados aos splits de até 60.000BTUs.

Ainda, foram também incluídos os serviços relacionados a confecção de linha frigorígena, isolamento térmico de linhas, e aplicação de gás refrigerante em conjunto de linhas. Tais serviços são aplicáveis em situações de remanejamento de equipamentos ou manutenção com remoção de unidades.

IV - Da subcontratação dos serviços de manutenção

A contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parcialmente serviços especializados para manutenções corretivas e/ou preventivas, quando se tratar de itens que, por sua natureza e especificidade exijam o emprego de conhecimentos ou tecnologias especiais. Os serviços que poderão ser subcontratados são:

- Manutenção elétrica nos painéis e equipamentos elétricos do sistema de climatização;
- Limpeza e higienização nos dutos de ar por meio mecanizado.

O limite da subcontratação deverá ser **de no máximo 20% (vinte por cento)** dos serviços contratuais e, havendo a necessidade de subcontratação, a contratada deverá apresentar por escrito justificativa técnica que respalde a necessidade de subcontratação, incluindo a descrição detalhada da falha identificada e dos serviços necessários para saná-la, bem como a identificação da empresa ou profissionais qualificados para tal, as ferramentas, materiais ou recursos especiais necessários.

No caso de subcontratação, deverá ser dada preferência a microempresa ou de empresa de pequeno porte, nas parcelas subcontratadas com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, II, da Lei Complementar nº 147, de 2014. Não sendo possível atender o disposto neste subitem, a contratada deverá comprovar o motivo.

As informações relativas à subcontratação e às empresas indicadas para subcontratação deverão ser encaminhadas previamente à formalização do contrato a ser firmado entre a contratada e a subcontratada, ao Gestor do Contrato, por escrito, para aprovação, **observado que a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da contratada por ocasião da licitação.**

- Deverá ser apresentado, ainda, atestado de capacidade técnica da empresa indicada para subcontratação, comprovando que a



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

execução de serviços compatíveis às instalações do TRT.

- As eventuais empresas subcontratadas deverão observar as mesmas exigências contratuais da contratada.

Será admitida a substituição da empresa subcontratada, desde que solicitado por escrito pela contratada, e observadas às mesmas condições do item anterior e seu subitem.

Caberá à contratada, mesmo quando autorizada a subcontratação, responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

No caso de subcontratação, a contratada deverá observar as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

V - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

As rotinas de manutenção preventiva de higienização a cada 10 (dez) meses e a manutenção preventiva elétrica a cada 15 (quinze) meses e, eventualmente corretiva a qualquer tempo, tem por finalidade preservar os condicionadores de ar em adequado estado de funcionamento e operação no intuito de garantir o prolongamento da sua vida útil, dar melhores condições de climatização nos ambientes utilizados pelos usuários da Justiça do Trabalho, melhorar a qualidade do ar por meio das limpezas periódicas, dar plena segurança e conforto térmico, além de atingir a máxima eficiência no consumo energético.

A periodicidade das manutenções preventivas foi definida com base contratos similares em manutenção de equipamento de ar condicionado VRF, instalado neste TRT, especialmente no histórico da execução do Contrato nº 04/2020 do PA 19740/2019 e do Contrato nº 15/2023 do PA 18130/2023.

O procedimento de elaboração da quantidade de chamadas técnicas de manutenção necessárias para garantir a adequada funcionalidade e confiabilidade dos climatizadores de ar, foram estimadas de acordo com o quantitativo de equipamentos na localidade e com o longo prazo contratual (20 meses). Não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado de peças, já que existem diversos fatores externos e imprevisíveis que podem influenciar na necessidade de reposição e da aquisição das peças. Entretanto, o quantitativo foi estimado com base nas peças substituídas em contrato similar vigente (PA 19740/2019), sendo executado satisfatoriamente, acrescido com outras peças que entendemos ser importante existir no contrato, de acordo com histórico da contratação anterior, de objeto similar. Já os serviços eventuais,



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

estimamos ser importante as quantidades auferidas no termo de referência.

Aumentando a abrangência de serviços e peças a contratar, a manutenção tende a cobrir todos os equipamentos climatizadores de ar do sistema Hitachi instalados no Fórum Trabalhista com maior eficácia e controle de qualidade.

Já os serviços eventuais, estimamos as quantidades auferidas no Termo de Referência, baseadas no histórico de necessidades, o que pode ser conferido nos docs. 637 e 712 do PA 19740/2019.

VI - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:

Preliminarmente, cumpre esclarecer que este Tribunal não dispõe de equipe especializada para manutenção corretiva e preventiva, impossibilitando a execução direta dos serviços. Dessa forma, a execução dos serviços deverá ocorrer de maneira indireta, mediante contratação de terceiros.

Para identificar a melhor solução, foi realizada uma ampla pesquisa de mercado, que apontou a existência de diferentes modelos de contratação para serviços de manutenção predial. Verificou-se que os editais de outros órgãos da Administração Pública apresentam variações quanto à separação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como em relação ao procedimento de aquisição de peças necessárias à manutenção corretiva.

Após análise das vantagens e desvantagens de cada modelo, verificou-se que a adoção do modelo de reembolso proporciona maior transparência na composição dos custos e melhor acompanhamento do desempenho dos equipamentos ao longo da sua vida útil.

Por se tratar de segmento especializado e de ampla concorrência, verifica-se que existem algumas empresas locais e em outros Estados do país que estão potencialmente aptas a fornecer mão de obra qualificada para os procedimentos corretivos e preventivos, pelo **prazo de 20 meses, prorrogável até 14/06/2028, data em que se encerrará o Contrato nº 15/2023 do Processo Administrativo 18.130/2023**, na forma da Lei nº 14.133/2021. Tais prazos têm por finalidade a elaboração posteriormente de um único contrato unificado para atendimento de manutenção em dois sistemas VRF de marcas diferentes, instalados no Prédio Sede TRT (Mitsubishi) e no Fórum Trabalhista (Hitachi), justificando-se este intuito da Administração conforme a seguir:

- **Uniformidade Técnica e Operacional:** Os sistemas de ar-condicionado VRF requerem um padrão consistente de manutenção para assegurar desempenho ideal e longevidade. Um contrato



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

único garante que todos os serviços sigam as mesmas diretrizes, procedimentos e frequência, eliminando discrepâncias técnicas entre os contratos.

- **Eficiência Administrativa (Art. 11, caput e inciso I):** A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a administração pública deve buscar eficiência na gestão de recursos e na execução contratual. A unificação dos contratos de manutenção elimina redundâncias e facilita a gestão operacional, contribuindo para a racionalização do uso dos recursos públicos.
- **Redução de Custos e Otimização de Recursos (Art. 18, §1º):** A consolidação dos contratos permite a redução de custos administrativos relacionados à gestão, fiscalização e execução de contratos múltiplos. Além disso, um contrato único pode otimizar a alocação de recursos técnicos, como equipes e materiais, assegurando economicidade, conforme previsto na lei.
- **Gestão Centralizada e Monitoramento Integrado (Art. 116):** A centralização da gestão contratual simplifica a fiscalização e o monitoramento da execução dos serviços, permitindo maior controle e eficiência na verificação do cumprimento das obrigações contratuais. Isso está alinhado ao princípio de uma administração pública mais ágil e transparente.
- **Planejamento Integrado e Contratação Estratégica (Art. 18):** A unificação dos contratos atende ao princípio de planejamento integrado, estabelecido pela nova lei, uma vez que permite a contratação de serviços de manutenção de forma mais estratégica e alinhada às necessidades da administração, garantindo maior efetividade na prestação dos serviços.
- **Evitar Duplicidade de Contratos e Conflitos Operacionais (Art. 10, §2º):** A coexistência de dois contratos para o mesmo sistema (ar-condicionado VRF) pode gerar sobreposição de obrigações ou lacunas contratuais. A unificação elimina o risco de conflitos ou inconsistências na execução dos serviços, promovendo maior segurança jurídica.
- **Contratação por Solução Integrada (Art. 6º, inciso XXVII):** A nova lei incentiva a administração a buscar soluções integradas para atender suas demandas. Ao unificar os contratos, a gestão dos serviços de manutenção é vista como uma solução única e coordenada, maximizando o desempenho técnico e operacional do sistema.
- **Aprimoramento da Competitividade em Futuros Processos Licitatórios (Art. 37):** Contratos integrados podem ser mais atrativos para os fornecedores em processos licitatórios futuros, promovendo maior competitividade, melhor qualidade



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

técnica e menores preços para a administração.

Foi anexado ao final, o cronograma previsto para unificação de contratações, de modo que haja primeiramente por natureza de serviço de manutenção de equipamentos (ar condicionado, grupo geradores, elevadores), em direção a contratação única de manutenção predial e de equipamentos, a compor o modelo de contratação do tipo gerenciamento de instalações (prediais e equipamentos) conhecido no mercado como "Facility Management".

No caso de manutenção de ar condicionado, busca-se unificar essa contratação do Fórum Trabalhista com a manutenção do Edifício Sede, em junho de 2028.

Passo seguinte, pretende-se unificar essa nova contratação com aquela de equipamentos de climatização de todas as unidades prediais do Estado, com previsão em 2030.

Finalmente, pretende-se unificar essa contratação de manutenção de ar condicionado com aquela de manutenção predial, prevista para ocorrer em 2034.

Portanto, mesmo que com diferentes escopos, conclui-se que a melhor alternativa existente no mercado para suprir a necessidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado deste Tribunal seja a contratação de empresa especializada.

Com base na legislação vigente e nos valores estimados, verificou-se que a contratação direta não é viável, pois não se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação (art. 75 da Lei nº 14.133/2021) nem de inexigibilidade (art. 74 da mesma lei), uma vez que há competição entre empresas do setor. Assim, faz-se necessária a realização de licitação.

Ambas as hipóteses de contratação direta não se enquadram nos requisitos legais dos casos de dispensa (valor superior ao limite de R\$ 125.451,15, Art. 75, caput, inciso I, regulamentado pelo Decreto nº 12.343/2024) ou de inexigibilidade de licitação (existe possibilidade de competição entre potenciais empresas), assim, faz-se necessário o procedimento licitatório.

Assim, por se tratar de serviço comum de engenharia (mecânica ou similar) no ramo de manutenção de equipamentos de ar condicionado VRF, será indicada a utilização da modalidade de pregão (inciso XLI, art. 6º e inciso I, art. 28, Lei nº 14.133/2021), cujo critério de julgamento será o de menor preço para seleção do fornecedor.

VII - Estimativas do valor da contratação:



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Considerando as diretrizes do art. 54 da Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024, estimamos o valor da contratação tomando por base o Contrato vigente, com as devidas projeções futuras. O valor estimado mensal será de R\$ 13.800,00, ou seja, estimado global para 20 meses de R\$ 414.000,00, o qual virá a ser confirmado por meio de cotações perante os principais fornecedores da região.

O valor máximo estimado da licitação, será demonstrado nos Mapas Comparativos de Preços, os quais ainda serão elaborados, após pesquisa de mercado com fornecedores.

Entretanto, no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 é definido a metodologia para definição de valores previamente estimados.

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

Percebemos que, os incisos I e II refletem os preços alcançados em outros processos licitatórios, os quais não retratam fielmente as características da contratação pretendida por este TRT, o que



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

causaria grande distorção entre o preço registrado nos processos já realizados e a realidade da presente contratação, de forma que optamos pela não utilização desses critérios.

Sendo assim, passamos a analisar a viabilidade de tomarmos como referência os valores obtidos seguindo os ditames do inciso III. Entretanto esta ação se mostrou ineficaz, visto que não foram encontrados parâmetros que pudessem embasar as reais necessidades deste Regional, que é bem diferente em relação a outros órgãos da Administração de esfera Federal.

Ante ao exposto, não nos restou outra alternativa a não ser adotarmos o inciso IV, ou seja, pesquisa com os fornecedores.

O que concerne ao inciso V, tampouco foi possível acessar base nacional de notas fiscais eletrônicas.

Por fim, também foi consultado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na aba Contratações, com o intuito de se verificar editais ou contratos com objeto semelhante.

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Acessado em 23/01/2025.

A consulta pelo termo de busca "VRF HITACHI" retornou 17 editais, os quais estão abaixo relacionados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Edital nº 90039/2024

Id contratação PNCP: 04381083000167-1-000062/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 12/11/2024

Órgão: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA Local: Porto Velho/RO

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de substituição (desinstalação e instalação) de condensadora VRF HITACHI de 32 HP, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 103/2024

Id contratação PNCP: 34869354000199-1-000163/2024

Modalidade da Contratação: Inexigibilidade Última Atualização: 05/11/2024

Órgão: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA Local: Macapá/AP

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema de Climatização, contendo: condensadoras e evaporadoras da linha VRF SET FREE SIGMA HITACHI, destinado ao Edifício Sede do Ministério Público do Estado do Amapá, que compõe o CONVENIO TRANSFEREGOV.BR Nº 942219/2023.

Edital nº 90036/2024

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-002820/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 05/11/2024

Órgão: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA Local: Salvador/BA

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) peças para CONDENSADORA VRF HITACHI SET FREE ECO FLEX RAS14FSN7B do sistema de ar-condicionado da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista, conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 164/2024

Id contratação PNCP: 00509968000148-1-003534/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa Última Atualização: 21/10/2024

Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO Local: Campinas/SP

Objeto: Aquisição de 02 (dois) periféricos para o sistema de ar condicionado do edifício Sede Judicial com as seguintes especificações: - Controle Centralizado CSNET LITE - Família Set Free: Este equipamento é de fabricação Hitachi e, por se tratar de tecnologia exclusiva, não existe no mercado equipamento similar. Este equipamento será responsável por abrir o protocolo de comunicação fechado do VRF instalado para o protocolo universal MODBUS. - Gerenciadora FX80 com cartão USD e drivers N2, BACnet, Mod ...



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Edital nº 90024/2024

Id contratação PNCP: 00394502000144-1-013668/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 14/10/2024

Órgão: COMANDO DA MARINHA **Local:** Natal/RN

Objeto: Prestação do serviço de manutenção corretiva e retrofit, com fornecimento de peças originais da fabricante Hitachi e materiais de consumo diversos, do sistema de ar-condicionado modelo VRF a fim de adequar e modernizar o rancho do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

Edital nº 90014/2024

Id contratação PNCP: 00394502000144-1-011479/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 09/09/2024

Órgão: COMANDO DA MARINHA **Local:** Natal/RN

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de serviço de manutenção corretiva e "retrofit", com fornecimento de peças originais da fabricante Hitachi e materiais de consumo diversos, do sistema de ar condicionado modelo VRF a fim de atender as necessidades do rancho do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN)

Aviso de Contratação Direta nº 90010/2024

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-002101/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 05/09/2024

Órgão: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA **Local:** Vitória/ES

Objeto: Inversor de frequência configurado, com display, para compressor de condensadora tipo splitão VRF da marca Hitachi modelo RAP120E7IV

Edital nº 90016/2024

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-001976/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 28/08/2024

Órgão: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA **Local:** Vitória/ES

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de substituição dos aparelhos de ar condicionado tipo VRF da marca Hitachi do Edifício Sede da SJES

Edital nº 90018/2024

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-001735/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 16/08/2024

Órgão: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA **Local:** Salvador/BA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado VRF Hitachi, a serem executados nas dependências do edifício 1 do Fórum Arx da Costa Tourinho, sede dos Juizados Especiais Federais na Bahia.

Aviso de Contratação Direta nº 90007/2024

Id contratação PNCP: 46392114000125-1-000342/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 12/07/2024

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO **Local:** São Paulo/SP

Objeto: Aquisição de placas eletrônicas para utilização em condensadora de ar condicionado VRF da marca HITACHI, para aplicação em equipamento no Núcleo de Supervisão Escolar na sede da DRE Freguesia/Brasilândia.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Edital nº 90015/2024

Id contratação PNCP: 34869354000199-1-000075/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 07/06/2024

Órgão: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA **Local:** Macapá/AP

Objeto: Contratação de empresa especializada, credenciada pela fabricante Hitachi, em serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de refrigeração tipo VRF

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 6/2024

Id contratação PNCP: 00394502000144-1-004389/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 17/05/2024

Órgão: COMANDO DA MARINHA **Local:** Natal/RN

Objeto: Treinamento em ar-condicionado, modelo VRF, da marca Hitachi, em empresa autorizada.

Aviso de Contratação Direta nº 90030/2024

Id contratação PNCP: 00394502000144-1-004084/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 14/05/2024

Órgão: COMANDO DA MARINHA **Local:** Natal/RN

Objeto: Com intuito de habilitar os militares que compõem a equipe de manutenção de refrigeração do Comando do 3º Distrito Naval, para manutenção e suporte do sistema de climatização dos pré - dios desta OM, solicita-se o treinamento em ar-condicionado do modelo VRF, da marca Hitachi, em empresa autorizada.

Edital nº 015/2024/2024

Id contratação PNCP: 34869354000199-1-000048/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 30/04/2024

Órgão: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA **Local:** Macapá/AP

Objeto: Contratação de empresa especializada, credenciada pela fabricante Hitachi, em serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de refrigeração tipo VRF, que atenda ao prédio da PGJ/MP-AP no Araxá, conforme especificações constantes no Termo de Referência anexo do Edital, referente ao processo nº. 20.06.0000.0008008/2023-54.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 30/2024

Id contratação PNCP: 13937032000160-1-000471/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 23/04/2024

Órgão: ESTADO DA BAHIA **Local:** Salvador/BA

Objeto: Aquisição de válvula esfera GBC compatível com sistema VRF HITACHI

Edital nº 90005/2024

Id contratação PNCP: 08241739000105-1-000105/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 15/04/2024

Órgão: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE **Local:** Natal/RN

Objeto: Objetiva a contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem e instalação de condensadoras de ar condicionado modular VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) com proteção a corrosão – marca Hitachi, Família New Set Free Sigma B1, para atender as demandas do Hotel Escola Senac Barreira Roxa do Departamento Regional do Rio Grande do Norte.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 00016/2022

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-000175/2022

Modalidade da Contratação: Dispensa **Última Atualização:** 29/09/2022

Órgão: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA **Local:** João Pessoa/PB

Objeto: Contratação dos serviços técnicos de engenharia para elaboração de projetos básico e executivo para modernização (retrofit e replacement) do sistema de climatização, tipo vrf, fabricação Hitachi, do edifício-sede da Justiça Federal em João Ppessoa/PB



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Embora existam editais que apresentem alguns tipos de equipamentos semelhantes, a comparação de custos de contratação resta prejudicada por diversos fatores tais como sistemas instalados para cada prédio específico, com tipos de serviços e frequência de manutenções diversas da nossa contratação, e em regiões e localidades diferentes de atuação.

Esses fatores impossibilitam a comparação de valores, exigindo-se assim, levantamento de preços mediante orçamento de empresas do ramo e, dada as características exigidas de rápido atendimento de manutenções, que sejam do mercado local/regional.

VIII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

A Contratação abrange a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo configuração, operação e ajustes no sistema de climatização instalado no prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande/MS, composto por equipamentos split de parede (HI-WALL), split piso teto (CASSETE) e ar central no 8º pavimento (Splitão), todos VRF da marca HITACHI, pertencente ao TRT da 24ª Região, com fornecimento de mão-de-obra, peças e componentes novos e genuínos, quando necessária a substituição, além de todos os materiais de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços. As peças e componentes serão pagos pelo contratante separadamente nos valores correspondentes ao constante no contrato, bem como a execução de serviços eventuais de instalação, desinstalação e remanejamento dos sistemas de climatização da unidade, todos executados de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de execução de empreitada por preço unitário.

Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva será executada mediante o cumprimento de ordens de serviço. A manutenção corretiva tem caráter eventual, e consistirá na correção de defeitos que prejudiquem ou impeçam o correto funcionamento do sistema central de ar condicionado (evaporadoras e/ou condensadoras). Na manutenção corretiva, o contratante pagará o chamado técnico, estando incluso os valores de mão de obra. As peças necessárias para a solução da falha dos equipamentos serão pagas separadamente.

Manutenção Preventiva

Após elaboração do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) pela contratada, a manutenção preventiva será executada mediante o cumprimento de ordens de serviços a cada 10 (dez) meses para higienização e limpeza do sistema e a cada 15 (quinze) meses para manutenção elétrica.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

Chamado Técnico

O chamado técnico tem a finalidade de remunerar a mão de obra da contratada na solução de falhas ocorridas no sistema central de ar condicionado, especificamente para executar serviços de manutenção corretiva. Seu uso está restrito a remunerar estes serviços, sem ou com troca de peças, nas quais essas peças serão reembolsadas separadamente à contratada.

As demandas serão apresentadas por meio de comunicação direta através de e-mail.

Realização dos serviços

Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, no horário compreendido entre 8h e 17h, em dias úteis, sempre observados os dias de expediente do TRT24;

A contratada deverá utilizar os sábados, domingos e feriados e, ainda, horários fora do expediente normal, para realização das manutenções preventivas bem como para realização de serviços excepcionais e que impliquem desligamento de energia elétrica ou que exijam interdição de áreas internas do edifício para montagem de andaimes ou escadas, desde que solicitado, autorizado e agendados previamente, sem ônus adicional para o TRT24.

Estes serviços fora do horário de expediente dependerão, em análise última, de autorização presidencial para o fiscal trabalhar em sobrejornada, bem como para liberação da Contratada adentrar no interior do prédio do Fórum Trabalhista.

IX – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A Equipe de Planejamento da Contratação seguiu a sugestão de análise disponibilizada pelo TCU*:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução? Não.
- 2) É economicamente viável dividir a solução? Não.
- 3) Há perda de economia de escala ao dividir a solução? Sim.
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? Não.

(*) Fonte:

<http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>

Ainda, consoante Lei nº 14.133/2021, transcrevemos o seguinte



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

artigo:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

Considerando os ganhos técnicos de desempenho, de especificações, de sinergia, de responsabilidade dos profissionais que estarão exclusivos, assim como pela redução de custos na fiscalização de somente um contrato serviço constata-se a vantajosidade no não-parcelamento da solução.

O parcelamento dos itens não se mostra uma opção viável. Levando em consideração o mercado fornecedor, não é verificado o benefício do parcelamento da contratação, pois este levaria a perda de escala e não mostra um melhor aproveitamento do mercado e nem a ampliação da competitividade.

Demais, nota-se que o parcelamento resultaria no aumento de custos com a gestão e fiscalização dos contratos, sem, por outro lado, existir uma contrapartida econômica. Logo, observa-se que, neste caso, o parcelamento não traz benefícios para Administração. Primeiro, porque traria um maior custo administrativo decorrente da gestão e fiscalização de um número maior de contratos. Perder-se-ia também em economia de escala, visto que os custos fixos das empresas contratadas diluir-se-ia em um número menor de quantitativos fornecidos. Por fim, destaca-se que o parcelamento da solução não trará ampliação da competitividade, visto que a natureza dos itens parcelados é idêntica e pertencente a um mesmo nicho de mercado, isto é, o de empresas de Manutenção de Ar-condicionado, o que pode resultar na participação das mesmas empresas em todos os itens da licitação, sem ganhos econômicos ou de competitividade.

Sendo assim, a contratação deve-se dar em **lote único**.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

A contratação de empresa terceirizada para atender as demandas de manutenções nos equipamentos do sistema de ar condicionado tipo VRF instalado no prédio do Fórum Trabalhista de Campo Grande/MS impede que os mesmos se deteriorem ocasionando gastos maiores com reparos tardios. Assim, o sistema central de ar condicionado sempre estará em adequado estado de funcionamento e operação, garantindo o prolongamento da sua vida útil, dando melhores condições de climatização nos ambientes utilizados pelos usuários da Justiça do Trabalho, plena segurança e conforto térmico, além de atingir a máxima eficiência no consumo energético.

O principal motivo da contratação é zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos equipamentos de forma ininterrupta.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

Considerando a natureza da contratação, verifica-se a prescindibilidade de providências prévias à celebração do contrato.

XII - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

PA nº 21828/2022 (manutenção predial): contrato que garante as condições técnicas para os equipamentos de ar poderem funcionar a contento. A infraestrutura elétrica e de drenagem da água de condensação são itens inerentes para o funcionamento adequado, garantindo assim maior vida útil do equipamento além de preservar a estrutura do imóvel.

XIII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Considerando que os serviços de manutenção preventiva e corretiva resultam no descarte de vários resíduos e utilização de produtos nocivos ao ambiente, a Contratada, deverá adotar as seguintes práticas:

- Recolhimento dos resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/, de 2010 e o Decreto n.º 5.940, de 2006.
- Sempre que possível, os materiais não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

(Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A Contratada deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Os materiais aplicados pela CONTRATADA, sempre que possível, deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

Deverá ser observado o descarte de pilhas e baterias de acordo com a Resolução CONAMA nº 401/2008.

Deverá ser observado o descarte de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, de acordo com a Resolução CONAMA nº 362/2005 e Acordo Setorial para a Implantação de Sistema de Logística Reversa de Embalagens Plásticas Usadas de Lubrificantes.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

XIV – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:

A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada conforme exposto acima. Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados.

A análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade deste segmento de empresas em atender a necessidade de negócio.

As estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente, o que permitiu dizer que a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

Portanto, declara-se que a contratação proposta é viável e necessária.

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Nome: **RENATO MERLI O. LIMA**

Telefone: **3316-1854**

E-mail: **nmp@trt24.jus.br**

Nome: **AMON MICAEL F. FLORES**

Telefone: **3316-1854**

E-mail: **nmp@trt24.jus.br**

Nome: **MATEUS COMINETTI**

Telefone: **3316-1891**

E-mail: **sustentabilidade@trt24.jus.br**

Nome: **GÉSSICA DAMÁSIO CABRAL**

Telefone: **3316-1891**

E-mail: **sustentabilidade@trt24.jus.br**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA:

Fiscal Técnico Titular

Nome: MARCOS ROBERTO S. ROSA

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

Fiscal Técnico Substituto

Nome: ROBINSON ALT

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Fiscal Administrativo Titular

Nome: LAURA INÁCIA O. B. PESSATTO

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

Fiscal Administrativo Substituto

Nome: RENATO MERLI O. LIMA

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO:

Gestor Titular

Nome: AMON MICAEL F. FLORES

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

Gestor Substituto

Nome: WAGNER P. KOBAYASHI

Telefone: 3316-1854

E-mail: nmp@trt24.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

ANEXO

